

RUA FREI ANTÔNIO DE PÁDUA

Edital de 27-05-1929

Lei nº 361 de 15-07-1950

Formada pela rua 2 do Jardim Guanabara

Início na rua Dom Pedro I

Término na rua Engenheiro Candido Gomide

Jardim Guanabara

Obs.: Edital assinado pelo Prefeito Municipal de Campinas Orosimbo Maia. A lei nº 361/50, prolongando essa via pública, foi promulgada pelo Prefeito Municipal Miguel Vicente Cury.

FREI ANTÔNIO DE PÁDUA

O Frei Antônio de Pádua Teixeira foi quem estabeleceu a assistência religiosa aos roceiros e sitiante das Campinas de Nossa Senhora da Conceição do Mato Grosso, obteve licença para instalar uma capela, provisória e de sapé, nestas paragens, foi o primeiro vigário de Nossa Senhora da Conceição das Campinas e, quando da instalação da freguesia e distrito, em 14-julho-1774, rezou a primeira missa paroquial em solo campineiro, no local onde hoje, encontra-se a estátua de Carlos Gomes. Barreto Leme vindo com sua família de Taubaté, resolveu se estabelecer no "mato grosso", exuberante e majestosa floresta que se interpunha entre Jundiaí e Mogi Mirim. Plantando para seu sustento e em seguida vendendo para os tropeiros que por aqui transitavam em busca do couro de Goiás, Barreto Leme viu o núcleo ir aumentando com outras gentes que iam por aqui ficando. Quando a população beirava os 200 habitantes, foi requerida licença para a construção de uma capela no povoado que estava se formando. Por coincidência, o pedido ia de encontro aos propósitos do capitão general da Capitania D. Luis Antonio de Sousa, o Morgado de Mateus, que desejava criar novas povoações na sua área de governo. Este, por provisão de 27-maio-1774, determinou as normas para a formação do povoado e declarou Barreto Leme encarregado das providências. Para tanto, se fazia mister a erecção de uma igreja. Pelas dificuldades existentes para essa concretização, Barreto Leme contou com a colaboração do Frei Antônio de Pádua Teixeira, do convento de São Francisco, em São Paulo, e irmão de hábito do novo bispo de São Paulo, Dom Frei Manuel da Ressurreição, que concedeu uma licença especial para que se construísse uma capela provisória, de sapé, fugindo às exigências normais. Designado 1º vigário da capela a ser erguida, coube ao Frei Antônio de Pádua conseguir sua construção de barrotes e coberta de palha. E quando da instalação da freguesia e distrito de Nossa Senhora da Conceição de Mato Grosso, em 14-julho-1774, foi o Frei Antônio de Pádua que rezou a primeira missa, oficializando, a existência do novo povoado. Antônio de Pádua Teixeira nasceu em Baependí, em 1741, e faleceu no convento São Luis, em Itú, em 31-maio-1805. Era filho de Domingos Teixeira e Angela Isabel e, foi batizado na freguesia de Baependí. Aos 20 anos tomou o hábito de franciscano no convento de Nossa Senhora dos An

jos do Cabo Frio. Professou um ano depois, para ser ordenado no Rio de Janeiro, em 1768, pelo bispo beneditino D. Frei Antônio do Desterro. Depois foi para São Paulo, admitido ao estudo de filosofia do convento, onde, em 27-julho-1771, foi eleito confessor dos seculares. Em seguida foi designado 1º vigário de Nossa Senhora da Conceição do Mato Grosso, hoje Campinas, rezando a primeira missa da novel freguesia. Com o Frei Antônio de Pádua fixaram residência no novo povoado seu pai, mãe e os irmãos José, futuro padre vigário da Vara, Felipe, Joaquim, Joana e Maria Ângela. Coube ao Frei Antônio, como vigário, abrir e escriturar os primeiros livros de assentamentos de batizados, casamentos e de óbitos da paróquia, assim como, o primeiro Livro do Tombo, onde foi escrita a primeira historia de Campinas, sob o título de "Breve Notícia". Frei Antônio de Pádua encerrou seu paroquiato em 16-novembro-1778. Continuou, todavia, em Campinas, junto de seus familiares até março-1779, quando voltou ao convento de São Paulo. A 05-maio seguinte, foi eleito presidente do convento de São Luis, em Itú, de onde não mais se afastou. Ali foi Porteiro, Comissário de Terceiros e Guardião.



# EDITAES

## DENOMINAÇÃO DE RUAS

Orosimbo Maia, Prefeito Municipal de Campinas, etc.

Faço publico, pelo presente, que, em virtude de deliberação da Camara, em sessão de 15 do corrente, e de accôrdo com o art.º 7.º da Lei 87, de 1902, as praças e ruas do "Jardim Guanabara" pertencente á San Paulo Land Company, ficam com as seguintes denominações :

*Praças* :— 1) Silva Rego. 2) Silva Leme. 3) Souza Siqueira. 4) Costa Machado. 5) Cuedes Barreto. 6) Salvador de Pinho. 7) Luiz de Almeida. 8) Pereira Magalhães. *Ruas* :— 1) Frei Manoel da Resurreição. 2) Frei Antonio de Padua. 3) Camargo Paes. 4) Dr. Barbosa da Cunha. 5) Camargo Pimentel. 6) Rocha Camargo. 7) Gonçalves Cesar. 8) Dr. Barros Monteiro. 9) Ferreira de Almeida. 10) Padre Joaquim Gomes. A) Camargo Pentado. B) Barbosa de Andrade. C) Pereira Tangerino. D) Alferes João José. E) Oliveira Cardoso. F) Alvares de Lima. G) D. Rosa de Gusmão. H) D. Joanna de Gusmão.

E para conhecimento de todos mandei expedir o presente edital.

Eu, Amilar Alves, Secretario da Prefeitura, o escrevi.

Campinas, 27 de Maio de 1929.

Orosimbo Maia.

Dispõe sobre a denominação de diversos logradouros.

A CÂMARA MUNICIPAL DECRETA E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1.º — Fica denominada Rua Erasmo Braga (Ato n.º 48, de 22-3-1933), também o prolongamento dessa via pública, além da praça circular situada no fim da Rua Rafael Sales, indo terminar na Rua Germânia, entre a Rua Itália e o prolongamento da Avenida Andrade Neves.

Artigo 2.º — Fica denominada Avenida Brasil (Edital de 12-10-1932), também o prolongamento dessa via pública, além da ponte da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, passando pelas divisas do Jardim Guanabara e Jardim Chapadão, em direção à estrada dos Amarais.

Artigo 3.º — Em virtude da modificação do traçado da 3.ª Travessa da Avenida São Paulo, fica denominada Rua Amador Florence e via pública que inicia e termina do lado par da Rua Salustiano Penteado — entre as Ruas Otávio Mendes e Cesário Mota.

Artigo 4.º — Fica denominada Rua Sampaio Ferraz (Edital de 12-9-1927), também o trecho dessa via pública, que inicia na Rua Dr. Vieira Bueno, até a Rua Coronel Quirino.

Artigo 5.º — Fica denominada Avenida Júlio de Mesquita, o prolongamento dessa via pública, a partir da Rua Benjamin Constant até a Rua Dr. Morais Sales, entre a Rua Itú e Antônio Cesarino.

Parágrafo único — Fica revogado o Edital de 12-9-1927, que denominava de Rua Augusto Cezar, o trecho de via pública citado no artigo 5.º.

Artigo 6.º — Fica denominada Rua Barão de Pirapitingui (Ato 25 de 29-6-1931), também o prolongamento dessa via pública, além da Rua Sales de Oliveira, através da Vila Segalho, indo terminar na Rua Dr. Carlos de Campos.

Artigo 7.º — Fica denominada Rua Francisco de Assis Pupo (Decreto 311 de 13-11-1945), também o trecho dessa via pública, aquém do córrego, na Rua 2 da Vila Ângela, onde a mesma terá início.

Artigo 8.º — Fica denominada Rua General Lauro Sodré (Decreto 311 de 13-11-1945), também o trecho dessa via pública, aquém do córrego, no prolongamento da Rua Francisco de Assis Pupo.

Artigo 9.º — Fica denominada Rua Oliveira Cardoso (Edital de 27-5-1929), também o prolongamento dessa via pública, que prossegue pela rua do Jardim Chapadão, indo terminar no Castelo D'água, entre o prolongamento da Avenida Andrade Neves e a Avenida I, deste último arruamento.

Artigo 10.º — Fica denominada Rua Alferes João José (Edital de 27-5-1929), também o prolongamento dessa via pública, que prossegue pela rua do Jardim Chapadão, indo terminar na Avenida B, entre a Praça 3 e travessa B, tudo do Jardim Chapadão.

Artigo 11.º — Fica denominada Rua Álvares Lima (Edital de 27-5-1929), também o prolongamento dessa via pública, que prossegue pela rua do Jardim Chapadão, indo terminar na Avenida B, entre as Travessas A e B, tudo do Jardim Chapadão.

Artigo 12.º — Fica denominada Rua D. Rosa de Gusmão (Edital de 27-5-1929), também o prolongamento dessa via pública, que prossegue pela rua do Jardim Chapadão, indo terminar na Avenida B, entre a Travessa A e Rua 11.

Artigo 13.º — Fica denominada Rua Barbosa de Andrade (Edital de 27-5-1929), também o prolongamento dessa via pública, que prossegue pela rua do Jardim Chapadão, indo terminar no prolongamento da Avenida Andrade Neves, entre as Ruas Circulares 1 e 2.

Artigo 14.º — Fica denominada Rua Gonçalves Cezar (Edital de 27-5-1929), também o prolongamento dessa via pública, que prossegue pela rua do Jardim Brasil, indo terminar na Rua 1, junto à Estrada de Ferro Sorocabana.

Artigo 15.º — Fica denominada Rua Camargo Pimentel (Edital de 27-5-1929), também o prolongamento dessa via pública, que prossegue pela Rua do Jardim Brasil, indo terminar na Rua 1, junto à Estrada de Ferro Sorocabana.

Artigo 16.º — Fica denominada Rua Frei Antônio de Pádua (Edital de 27-5-1929), também o prolongamento dessa via pública, que prossegue pela rua do Jardim Brasil, indo terminar na Rua D. Pedro I.

Artigo 17.º — Fica denominada Rua Frei Manuel da Ressurreição (Edital de 27-5-1929), também o prolongamento dessa via pública, que prossegue pela Rua do Jardim Brasil, indo terminar na Rua Imperatriz Leopoldina, junto à Estrada de Ferro Sorocabana.

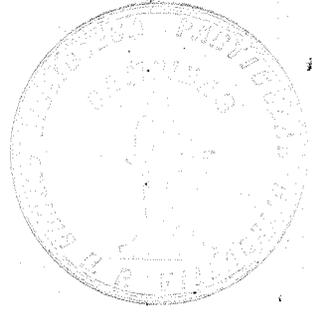
Artigo 18.º — Fica denominada Augusto Cezar, a Praça que fica junto ao Córrego do Proença, no Bairro da Nova Campinas e que é atravessado pela Rua Dr. Carlos Stevens, entre a parte edificada e a que não possui casas ainda.

Artigo 19.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Campinas, aos 15 de julho de 1950.

MIGUEL VICENTE CURY  
Prefeito Municipal

Publicada na Diretoria do Expediente da Prefeitura Municipal, em 15 de julho de 1950.

O Diretor,  
ADMAR MAIA



DIA RIO DO POVO  
28-5-1955

B. P. M. Prof. E. M. Zink  
Departamento de Campinas

**ANTÔNIO DE PADUA, FREI — rua  
(Antônio de Padua Teixeira)**

Começa na rua Dr. Cândido Gomide e termina na rua D. Pedro I, no (JARDIM GUANABARA).  
A denominação foi dada pelo Edital de 27 de maio de 1929 e o prolongamento foi autorizado pela Lei n. 361 de 15 de julho de 1950. Tem 15 metros de largura.

**Dados Biográficos:**

Segundo um trabalhador de "José de Pompeu Camargo", para a Monografia Histórica do Município de Campinas, Frei Antônio de Fátua nasceu em Baependi, comarca do Rio das Mortes, no ano de 1745. Era filho de Angela Isabel Nogueira do Prado e de Domingos Teixeira Vilela, este capitão-mór de Baependi.

Depois de completar os estudos primários, internou-se no Convento de Nossa Senhora dos Anjos, na cidade de Cabo Frio, na Ordenação dos Menores de São Francisco. Tomou hábito em 25 de setembro de 1762. Ordenou-se, na cidade do Rio de Janeiro, em 1768. A seguir transferiu-se para São Paulo, em cujo Convento incluiu o estudo de filosofia. Em 27 de julho de 1771, foi instituído confessor de seculares. Em 30 de julho de 1774, foi eleito pregador do Convento, cargo que exerceu por ter sido nomeado vigário da Paróquia de Campinas, na qual permaneceu por 4 anos. Deixando-o em 16 de março de 1779, transferiu-se para o Convento de São Luís, na cidade de Itú. Em 8 de maio de 1779 foi eleito Presidente do Convento. Em 25 de agosto de 1787, foi eleito Comissário dos Terceiros. Em 3 de maio de 1792 foi novamente eleito Presidente, e em 31 de agosto de 1793, foi eleito Guardião do mesmo Convento. Em 24 de março de 1798, foi eleito Comissário de Terceiros do Convento de Itú.

Segundo Pompeu de Camargo, chegando a este povoado, ficou, Frei Antônio de Padua, penalizado com a situação de verdadeira indigência espiritual dos rudes colonizadores seus habitantes, em número de 51 famílias, num total de 354 indivíduos. Ocupou Frei Antonio de Padua, provisoriamente, o paróquial do povoado, dando início ao levantamento de uma capela provisória, na qual rezou a primeira missa aos 14 de julho de 1774. Frei Antonio de Padua foi o fundador da Igreja e seu primeiro administrador espiritual, tendo sido um exemplar sacerdote, humanitário e empreendedor. Conclui, o artigo de Pompeu de Camargo, da seguinte forma: "... Assim como a Cidade do Rio de Janeiro venera a memória do Padre Manuel da Nobrega, São Paulo, a do Padre José de Anchieta, Campinas deve venerar a memória do seu primeiro vigário, seu primeiro Diretor Espiritual, fundador da Igreja-Matriz, e que nestas plagas rezou a primeira missa".

Faleceu no Convento de Itú, em 31 de maio de 1805, contando 62 anos de idade.

AMG



"FREI ANTONIO, O VIGÁRIO E CRIADOR DE CAMPINAS" (CELSO MARIA DE MELLO PUPO) - 07.10.1966.

Confirma o precioso Livro do Tombo de Campinas, que, depois da demarcação dos alicerces da igreja, nada mais se fez pela sua construção: "nisto ficaram até a chegada do Exmo. e Revmo. Sr. D. Fr. Manuel da Ressurreição, Bispo desta Diocese". Foi quando Frei Antônio de Pádua, nomeado criador e pároco em capela interina que benzeu na instalação da freguesia e distrito constituintes da fundação de Campinas em 14 de julho de 1774, rezou a primeira missa paroquial em solo campinense e iniciou seu trabalho prático de criar Campinas, ao lado da constante assistência religiosa que se desenvolvia com a presença de um vigário. Mas, "esta freguesia principiou sem haver um vintém", levando Frei Antônio de Pádua, nos intervalos de trabalho da sua pobre paróquia, a postar-se na estrada de Goiás, talvez junto ao pouso dos Três Campinhos, recolhendo esmolas que pedia aos viajantes, e que fez ele avolumar chegando ao nível dos setecentos mil réis, quando a maior fortuna de sítiante de Campinas cifrava-se em um conto e quinhentos, e a segunda fortuna desta terra, a de Barreto Leme, era igual ao que se gastou na igreja de Frei Antônio, deixada por ele apenas carente de acabamentos.

Nesta igreja, Frei Antônio enquadrou as janelas e portas com madeira de lei, estendeu as vigas do telhado, os caibros, as ripas de coqueiro, assentou e ajustou as telhas de sua cobertura, depois de fazer socar as taipas de suas paredes largas, de oitenta centímetros, de altura notável, delimitando a igreja matriz definitiva que media internamente mais de sete metros de largura, por vinte e nove metros de comprimento, dos quais nove pertenciam à capela mor. Estas taipas de Frei Antônio, as primeiras construídas em Campinas, do último quartel do século dezoito atravessaram o século dezanove, para serem lamentavelmente derruídas em 1929.

Inteligente, organizador e profundamente bondoso, por quatro anos paroquiou Frei Antônio em Campinas; foi o primeiro morador do povoado, em companhia do seu pai que para aqui transferiu residência no segundo semestre de 1774, assim como de seus irmãos, José o futuro padre vigário da vara, Felipe o futuro pioneiro da indústria açucareira em Campinas, seguidos de sua mãe Dona Angela Isabel, de outro irmão, Joaquim também futuro pioneiro da mesma indústria, e das irmãs Joana e Maria Angela, esta viúva rica, com escravos e moradia própria.

Preparando a fundação, participando dela, criando material e espiritualmente Campinas, nas taipas seculares construídas com o seu sacrifício e com a sua humilhação, no seu apostólico ministério, batizando, absolvendo, unindo pelo matrimônio, consolando e distribuindo bênçãos e caridade, fazendo Campinas de corpo e alma, forjando corações e propagando as excelências da terra, Frei Antônio deixou a marca indelével de sua ação apostólica e dedicada. Façamos aqui falar o professor João Lourenço Rodrigues, que na sua proleidade de historiador e rebuscador de fontes históricas, pode afirmar: "São dois vultos da história local. Um deles é Francisco Barreto Leme; outro, Frei Antônio de Pádua Teixeira. Dois beneméritos".

São ainda os primeiros livros da paróquia, atestado de sua passagem santa e erudita; Frei Antônio com sua letra inconfundível, do mesmo traço e do mesmo aspecto da letra de Frei Antônio de Sant'Ana Galvão, o santo fundador do Recolhimento de Nossa Senhora da Luz, que com o sábio naturalista Frei José Mariano da Conceição Veloso, foram contemporâneos os três, no Convento de São Paulo onde estudaram filosofia e onde ocuparam os primeiros cargos da Ordem. Frei Antônio abriu e escriturou os primeiros livros de assentamentos de batizados, de casamentos e de óbitos da paróquia, assim como o primeiro Livro do Tombo, no qual escreveu a primeira história de Campinas, sob o título de "Breve Notícia", tão honrosamente citada pelos maiores historiadores campinenses.

Vemos, no ano de 1870, Francisco Quirino dos Santos, nome aureolado de poeta e jornalista, escrever: "Estes sertões, como lhes chama o Livro do Tombo que temos em mãos, eram trilhados antigamente, de passagem, pelos afoitos paulistas"; e, "em face de um clima luxuriante de força e de vida e de muita fartura de mantimentos, na frase do discreto escorço histórico onde bebo esta narrativa". Como Quirino dos Santos abeberou-se no relato histórico de Frei Antônio, o Doutor Ricardo Gumbleton Daunt, historiador e filósofo, em 1879, dizia ao iniciar seu conhecido trabalho "Reminiscências": "Apesar do Almanaque de Campinas, no primeiro tomo, conter uma interessante notícia da criação da freguesia, extraída do Livro do Tombo da matriz da Senhora da Conceição".

Não foram só estes dois a se acolherem na "Breve Notícia" de Frei Antônio. Mais modernamente, em publicação de 1913; Benedito Otávio, um dos maiores pesquisadores da história municipal, escrevia: "Sendo estes sertões trilhados por muitos tempos com a estrada das Minas de Goiás, dizia o primeiro Livro do Tombo"; e, "nesta intenção andavam — continua o livro citado". Ainda podemos ler em "Recordações" de Leopoldo do Amaral, editada em 1927, a referência de que

mo afirma o Livro do Tombo", e, "Já existia a nova matriz construída de taipas socadas a pilão e coberta de telhas, como consta do aludido Livro do Tombo".

E foi o mesmo historiador Gumbleton Daunt, quem mandou extrair do Livro do Tombo, pelo escrivão do Juízo Eclesiástico de Campinas aos 10 de maio de 1861, certidões da "Breve Notícia" da fundação, fazendo-as arquivar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da então capital do país, AD PERPETUAM REI MEMORIAM.

Assim, vemos as maiores autoridades em história de Campinas, fundamentando-se, valorizando e dando autenticidade à "Breve Notícia da Fundação ou Ereção desta Freguesia de N. S. da Conceição das Campinas", a primeira história da cidade, deixada no primeiro Livro do Tombo, pelo primeiro historiador de Campinas, seu primeiro vigário e criador, Frei Antônio de Pádua Teixeira.

Foi nesta primeira história de Campinas, foi este Frei Antônio primeiro historiador da cidade, quem registrou primeiro a benemerência de Barreto Leme, dando fundamento para que os pósteros a reconhecessem, como hoje se faz. São suas as palavras sobre os impecilhos encontrados para construir-se capela em Campinas, "até que Deus por sua infinita misericórdia foi servido facilitar-lhes os meios para conseguirem o grande lesouro que hoje possuem; por que sucitou valeroso ânimo ao grande zelo de Francisco Barreto Leme, por cujo empenho e cuidado conseguiram no ano de 1772 licença do Rvdo. Governador do Bispado para erigirem sua freguesia a parte". E, continua Frei Antônio ao referir-se ao dia da fundação 14 de julho: "aquele dia de tão universal contentamento o qual todo se deve ao fundador Francisco Barreto Leme em primeiro lugar pois ansioso não anelava outra coisa mais que aumentos de sua matriz".

Por índole e por formação era Frei Antônio profundamente modesto nada registrou do próprio trabalho que deveria ter sido posto pelo menos em segundo lugar e que teria ficado integralmente desconhecido não fosse a necessidade de recomendar ao sucessor na paróquia o esforço "interpondo a sua diligência e o seu cuidado com pedir esmolas aos viandantes que vão para as minas de Goiás" não fosse o relato do estado da sua igreja no fim do seu paroquiato; não fossem as reclamações de um seu sucessor sobre a falta de colaboração dos sítiantes, e demais notícias que levam a estas conclusões, como as palavras incisivas de Quirino dos Santos: "o nosso vigário, antigamente, interpunha-se (demos peso às fidedignas tradições) no meio dos viandantes, quando sulcavam a estrada, que isto então apenas era, em busca das minas de Goiás, a exorá-los, com suma diligência e zelo cristão, a fim de darem esmolas para se acudir as exigências do culto. Com estes meios e mais com aturado empenho de muita paciência é que se foi levantando a Matriz para substituir a capelinha provisória".

Frei Antônio encerrou seu paroquiato em 16 de novembro de 1778; deixou-se ficar em Campinas no convívio de seus pais e irmãos até março de 1779 quando retornou ao seu Convento em São Paulo, engrandecido pelo notável trabalho que desenvolvera em Campinas. Logo em seguida, aos 5 de maio, foi eleito Presidente do Convento (Residência) de São Luís em Itu; desta cidade e deste Convento, não mais se afastou.

As notícias e registros do Convento de Itu, rarearam-se por eventos de sua vida; Frei Antônio depois de ser seu presidente, foi eleito seu Porteiro aos 6 de outubro de 1781, ano que o historiador Nardy Filho marcou: "encontrando-se o Convento Franciscano bem danificado e necessitando de grandes e urgentes concertos, é por determinação do Provincial Frei José dos Santos Passos, feita a sua quase reedificação, cujas obras ficaram concluídas em 1784".

Eleito Comissário de Terceiros em 1787 e novamente em 1790, Presidente em 3 de março de 1792 até a elevação da Residência a Convento quando passou a Guardiã eleito em 31 de agosto de 1793 foi ainda Comissário de Terceiros em 1798. O mesmo historiador ituano nos informa que, "em 1802, foram concluídas as obras da igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco", realizadas, como se vê, no comissariado de Frei Antônio de Pádua, cujo exercício de tão altos cargos decorreram em épocas de grandes realizações, que a falta de documentos não permite minudenciar.

Não se apaga a evidência de que a construção de duas igrejas, uma em Campinas e outra em Itu, e a reconstrução do Convento de São Luís desta cidade, ou foram obra de Frei Antônio, ou se fizeram sob o influxo do seu apostolado, ao qual foi ele levado pelas suas virtudes. Transcorreram no Convento de Itu os últimos vinte e seis anos de sua existência preciosa, que mereceu de seu biógrafo e irmão de hábito, o seguinte registro: "religioso exemplar, edificou a todos pela modestia do seu trato e piedade de suas ações. Sexagenário e premunido dos Santos Sacramentos, abdominavit in Domino em o Convento de São Luís de Itu, aos 31 de maio de 1805, com quarenta e três anos de Religião".

Em nosso outono do ano de 1.500, a "Providência Divina fez aportar ao Brasil", "em companhia de Pedro Álvares Cabral", "Frei Henrique de Coimbra e mais alguns Religiosos Franciscanos. Foram pois, os filhos de São Francisco, os primeiros missionários na Província de Santa Cruz", únicos durante nossos primeiros anos.

São Francisco de Assis foi o moço rico, filho de pai poderoso senhor de um comércio próspero e de abundantes rendas, que passou voluntariamente da opulência à indigência, à vida de mendigo, numa pobreza sublime pelo resto da sua existência, coroando-se de glória eterna. Foi exemplo e ensinamento, prática e apostolado, difusão de santidade, de amor e do reinado de Cristo, que frutificou criando a legião dos franciscanos, missionários dos nossos primeiros séculos e pregadores do Evangelho pelas terras do Brasil nascente, em cujos núcleos populacionais cresceram os seus conventos, centros distribuidores de fé, de abnegação, de desprendimento e de santidade. A Ordem Franciscana foi, no Brasil, uma das de maior influência nas elites setecentistas e setecentistas; nestes dois séculos, a ela pertenciam, em sua maioria, os poderosos da terra, que se sentiam engrandecidos no hábito de terceiros franciscanos, declinando sempre, em seus testamentos, as suas qualidades de irmãos, encomendando suas almas ao "Padre Mestre São Francisco", e estabelecendo suas sepulturas nas capelas da Ordem às quais doavam e legavam com generosidade.

Filho de um irmão terceiro, nasceu em Baependi, num berço de ouro, pelos anos de 1741, o menino Antônio de Pádua. Seu avô materno, rico e poderoso capitão mor de Baependi, madeirense que já estava no vale do Paraíba ao alvorecer do setecentismo, casado com paulista de tradição bandeirante dos Lemes Bicudos e dos Oliveira d'Horta, penetrara nas Gerais e descobrira velos auríferos nas margens do rio Baependi onde se fixou e adquiriu vasto território, construiu sua casa e fundou a família, hoje enorme e espalhada por todo o Brasil, dos Nogueiras de Baependi.

De um filho e dez filhas do capitão mor, floresceram valorosos ramos familiares, destacados na religião, na cultura, na política, na administração e na sociedade, portadores que se fizeram no Império, de títulos nobiliárquicos, desde o mais alto de marquês de Baependi, continuado pelos de condes de Baependi, Carapêbus e Penamacor; pelos de viscondes de Jaguari, Nogueira da Gamma, São Francisco, São Laurindo e Tourinho; e pelos de barões de Agular Valim, Almeida Valim, Ataliba Nogueira, Bananal, Carmo, Joatinga, Juparaná, Moniz de Aragão, Ribeiro Barbosa e Santa Mônica. Angela Isabel, uma das filhas do capitão mor, casou-se com o transmontano Domingos Teixeira, de Vilela do Tamega, formando com ele o casal tronco da família Teixeira Nogueira de Campinas, e contando entre os seus filhos o menino Antônio de Pádua.

Mas, Antônio de Pádua não nasceu para as glórias terrenas; aspirou à indigência dos Minimos de São Francisco de Assis, o seu burel e pés descalços, o seu ciclo e os seus jejuns, as suas contemplações e meditações profundas, o seu apostolado e a sua caridade. Batizado na freguesia da sua terra natal, assistindo ao batear da escaravaria em busca do ouro, como faina cotidiana de uma mineração rendosa, passou a meninice na casa avoenga do Engenho, a sólida construção de grossas paredes de taipa, altas e estreitas janelas, reforçada porta de frente e salas de pinturas que se tornaram famosas. Das alturas da casa austera, espalhava sua visão pela miensa propriedade, pelas matas ou pelos campos de criar, em busca dos recortes do leito tortuoso por onde se espreguiçava o rio Baependi, que, em outra margem, haveria de ter a atual cidade e sua nova matriz, ainda em terra do latifúndio, a tudo indiferente o menino Antônio, contemplativo e extasiado aos pés de Nossa Senhora do Monte Serrate da capela do Engenho.

Aos vinte anos de idade, tomou ele o hábito de franciscano no Convento de Nossa Senhora dos Anjos de Cabo Frio; professou um ano depois, para ser ordenado no Rio de Janeiro, em 1768, pelo Bispo beneditino Dom Frei Antônio do Desterto. Passou-se, então, para São Paulo, admitido ao estudo de filosofia do Convento, onde foi eleito confessor de seculares aos 27 de julho de 1771. Em seguida, ter-se-ia encontrado com o velho parente Francisco Barreto Leme, que buscava a criação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso.

Mato grosso era designação genérica da mata virgem exuberante, da mata gigantesca de terras feroces, da mata profusa de árvores altaneiras, jequitibás imensos e cedros vigorosos, perobeiras, cabreúvas e guarantãs, compondo multidão de seres dominadores e soberanos nas terras milenárias do Brasil infante, terras fecundas e pujantes, geratrizes de grandezas, mães prolíficas de florestas que amedrontavam, que extasiavam pela soberania, que encantavam pela musicalidade dos seus gemidos, pela doçura do seu silêncio, pelo verdejante de suas franças e colorido vivaz de sua florescência, e pela alegria festiva dos seus habitantes canoros.

Era assim o mato grosso de Jundiá; era assim aquela floresta que cobria chãos desde as visinhanças de Rocinha até as barrancas do Jaguari, transpondo-o para alcançar os campos de Mo-

gi. Mas o bandeirante cortou-o com seu caminho para Goiáz, partindo de Jundiá, passando por Dols Córregos, pelos Três Campinhos ou Campinas, pelo Mato Dentro, pelo Atibala e pelo Jaguari que sempre limitou as terras campinenses. O mato grosso de Jundiá não esbarraria o paulista invencível que o transpuz em busca das minas, rasgou-o em sua investida deixando um caminho como marca da sua coragem, pernitoou bem no centro da floresta gigante, dessedentando e descansando nos Três Campinhos benzafelhos que restauravam forças e reacendiam energias.

O mato espelhava a uberdade da terra, como sabia toda gente que passava por Campinas; por isso exigia um animoso para derrubá-lo e cultivar o chão até que, entre os anos de 1741 e 1744, surgiu um pioneiro que se encorajou e se transferiu, com sua família de Taubaté para Campinas, abrindo naquele mato de terras fertilíssimas, o primeiro sítio com sua plantação de milho, de feijão, de arroz e de algodão: era Francisco Barreto Leme que como germinativa semente se fixou em Campinas atraindo novos moradores. Outros o seguiram, multiplicaram-se os sítios para os quais não havia necessidade de adquirir terras, bastando ocupar as devolutas, construir casa de pau a pique cobertas de sapé, cultivar o solo, zelar das plantações e colher os frutos para sustento da família. Assim se formou o bairro rural das Campinas de Mato Grosso, que durante vinte anos contou como única realização de caráter coletivo, o "cemitério bento" que poupava aos campinenses a viagem de dois dias para Jundiá levando cadáver que se putrefazia em tão longa e penosa caminhada.

Como em todo o Brasil, a população de Campinas se compunha de católicos de profundos e enraizados sentimentos religiosos, que se consolidaram em séculos de tradição; mas pelo seu isolamento, "viviam feitos de pasto espiritual", privados pela grande distância que os separava da sua freguesia, dos sacramentos e atos religiosos. E Barreto Leme, o pioneiro do povoamento rural, havia de ser também o mais atormentado pelo afastamento seu e de seus vizinhos, das graças e bençãos, do amparo e pastoreio religioso, de que se regalariam se houvesse capela que abrigasse e permitisse o exercício do ministério sacerdotal, embora fugaz e passageiro.

Aqui ainda sobrenada o zelo e o entusiasmo de Barreto Leme, que já com a idade de setenta anos, assumiu a tarefa de propugnar pela construção de uma capela para o seu pobre bairro, de população escassa mal se aproximando de duas centenas de almas e pouquíssimos escravos, uma capela que seria o centro dos sítios da paragem das Campinas, paragem e pouso desertos de sua gente que vivia toda na roça. Barreto Leme requereu ao Bispo a licença necessária à construção desejada, confiante na sua energia quando lhe faltava a cooperação dos vizinhos, pois, os pobres, formando a volumosa maioria, "sempre tinham por termo de sua esperança, a oposição de sua pobreza", enquanto abonados do bairro, se acompanhavam os esforços do pioneiro davam-lhe fraco apoio ainda.

Necessitava Barreto Leme de colaborador para a santa obra que desejava realizar; e o encontrou, como se conclui da transformação de uma fase em que se estagnou a idéia e se procrastinou o projeto após demarcarem-se os alicerces da igreja, que "nisto ficaram" como diz o Livro do Tombo — para uma fase de atividade entusiástica de construção da capela interina, instalação do distrito, criação da freguesia e fundação de Campinas.

As freguesias se criavam onde houvesse igreja construída; e só com a chegada do novo Bispo de São Paulo, Dom Frei Manuel da Ressurreição, franciscano, operou-se o milagre de ser concedida a faculdade de se criar uma freguesia com capela provisória, de sapé, em bairro pobre que não tinha recursos para levantar sua igreja. Onde o fator novo na situação prolongada em que jazia Campinas? Qual a força transformadora de uma estagnação que se dinamisa e floresce num sólido crescer? Teria Barreto Leme encontrado seu coadjuvante em Frei Antônio, o parente franciscano, irmão de hábito do novo bispo paulopolitano, moço que desde 1770 achava-se no Convento de São Francisco em São Paulo?

Pode-se afirmar que Frei Antônio, no fervor do seu apostolado, no amor pelas almas que viviam carentes de pasto espiritual, inflamou-se de zelo pela gente da paragem das Campinas, aliando-se, então, a Barreto Leme e desdobrando-se em trabalhos pelo estabelecimento definitivo de uma assistência religiosa, para aqueles roceiros e sitiados, uns na labuta da sementeira, da capinação, das colheitas; outros na direção de suas propriedades e responsabilidade pelos fâmulos e escravos.

Com os favores e concessões do Bispo Diocesano, tendo ao encontro dos seus desejos o anseio do Capitão General Morgado de Mateus, de instituir novas povoações na capitania, não demorou a criação da freguesia, a nomeação do próprio Frei Antônio para criador e primeiro vigário de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, a licença para instalar-se a paróquia em capela interina de barrotes e coberta de palha, como complemento da nomeação do velho Barreto Leme para fundador de povoado com a faculdade de escolher o mais apropriado lugar para a nova e futura cidade, e de demarcar as ruas e quadras dentro de determinadas dimensões.

(Continua)



"FREI ANTONIO, 1.º VIGÁRIO E CRIADOR DE CAMPINAS" (CELSO MARIA DE MELLO PUPO) - 07.10.1966